



Glossário Valente | parte 1

Valente >



Glossário Feminista

O Glossário foi construído a partir das referências que consideramos pontos de partida para a compreensão das temáticas de gênero e do pensamento feminista, sabendo que qualquer definição não se esgota quando da sua formulação, estando sempre aberta para novas possibilidades de reflexão. A definição dos verbetes, muitos deles propostas conceituais densas, visa a apresentar resumidamente alguns elementos que compõem a discussão atual sobre as temáticas.

O Glossário feminista é uma produção do Catarinas, portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos. Acesse em: www.catarinas.info.

Gênero

Conjunto de valores socialmente construídos que definem as diferentes características (emocionais, afetivas, intelectuais ou físicas) e os comportamentos que cada sociedade designa para homens e mulheres. Desde a infância, somos moldados por instruções que indicam qual a maneira correta de se enquadrar nestes dois polos binários: masculino e feminino. Por exemplo, menina brinca de boneca e menino de carrinho. Assim, normas de gênero são apreendidas pelos sujeitos cotidiana e rotineiramente e, qualquer fuga destas normas, está sujeita a punições e violência. A desigualdade de gênero se refere a assimetria de poder entre o que se convencionou como masculino e feminino, com as características deste último desvalorizadas. Como um aprendizado cultural e socialmente construído, existe a possibilidade de mudança destas normas. Cabe destacar que muitas pessoas não se identificam, em parte ou completamente, com o gênero associado às suas características físicas sexuais. Elas podem se identificar como pessoas transgêneras (trans), genderqueer ou não-binárias. Já as



peças que se identificam com o gênero associado a elas ao nascimento geralmente são categorizadas como pessoas cisgêneras ou cis. Os Estudos de Gêneros se solidificaram na academia a partir da década de 1980 e fazem parte do percurso teórico do pensamento feminista, que teve início com os chamados estudos de mulheres. Estes estudos complexificaram a análise sobre as relações de poder baseadas na percepção da diferença sexual presente na sociedade, conforme a definição de Joan Scott (1990), e passaram a trabalhar não somente com a desigualdade existente entre homens e mulheres, mas entre homens e homens e mulheres e mulheres, assim como a possibilidade de outras identidades de gênero. Berenice Bento (2014) classifica produção mais contemporânea como “estudos transviados”, uma forma de tradução aos estudos queer, que se caracterizam pelo questionamento dos binarismos de gênero – homem e mulher, e dos discursos que normatizam os corpos.

Sexualidade

O trabalho de Michel Foucault é emblemático sobre a temática, pois aborda o processo complexo que define o que é considerado normal e anormal no que diz respeito à sexualidade. Ao contrário dos que pensam que a história da sexualidade é marcada pelo silêncio, Foucault se opõe e afirma que ela é uma história de muitos discursos. São esses discursos que controlam os indivíduos, não no sentido da proibição, mas de inúmeras definições sobre as possibilidades do corpo. Essas regulações estão envolvidas em uma ideia mais ampla que define a atividade sexual em dois grupos: o “bom” e o “mau” sexo. Essa classi-

ficação é fonte das desigualdades e discriminações que vivenciamos. As pessoas que são incluídas no segundo grupo são tratadas como menos humanas. Jeffrey Weeks ressalta que a preocupação não deve ser descobrir o que causa a heterossexualidade ou a homossexualidade, mas os motivos que fazem nossa sociedade privilegiar uma e marginalizar a outra. Já o termo orientação sexual diz respeito à atração que se sente por outros indivíduos. Ela pode envolver ou não questões sentimentais. Algumas das nomenclaturas relacionadas à sexualidade: assexual, bissexual (atração por mais de um gênero - ou, por dois gêneros e outros gêneros), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero) ou panssexual (atração por todos os gêneros).

Feminismos

Luta social, econômica e política que apresenta diversas vertentes de pensamento, atuando pelo fim da desigualdade e violência de gênero, assim como o combate ao racismo, à LGBTfobia, à xenofobia e à opressão de classe. Segundo a historiadora Joan Scott (1990), a história do pensamento feminista é a história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, assim como uma tentativa de rever ou deslocar seu funcionamento em diferentes contextos. Céli Regina Jardim Pinto (2003) salienta que desde o século XVIII, nos primórdios da Revolução Francesa, existem relatos de certa organização de mulheres com o intuito de buscar seus direitos à cidadania e à presença no espaço público, pois fora dos limites da casa restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria. Consideramos



que estamos vivendo hoje a quarta onda feminista, marcada pela reflexão e a consciência sobre as diferentes experiências das mulheres a partir da articulação de gênero com outros marcadores sociais, como raça e classe (podemos chamar de feminismos da diferença), assim como perpassada por novas formas de organização, mais autônomas e horizontais, e impulsionada pelo uso das tecnologias digitais. O ano de 2015 é considerado o marco deste novo contexto feminista, quando as mulheres foram às ruas de todo o país protestar contra o projeto de lei 5069/13, idealizado pelo deputado Eduardo Cunha, que propunha modificar a lei de atendimento às vítimas de violência sexual.

Lugar de Fala

Os questionamentos sobre as possibilidades, espaços e autoridade de fala são centrais ao pensamento feminista, principalmente nas experiências encontradas no feminismo negro, lésbico e de mulheres do Sul global. Tensionar a autoridade de enunciação

e a capacidade de escuta enquanto grupo com experiências específicas faz parte deste projeto. Segundo Djamilia Ribeiro (2017), existe um regime de autorização discursiva que historicamente invisibilizou e ainda invisibiliza certas vozes. Enquanto um conceito, o lugar de fala refere-se também ao reconhecimento de que as pessoas brancas, consideradas historicamente como sujeitos universais, também falam de algum lugar e que esse lugar ocupado é de privilégio e de poder, fruto da opressão histórica de outros grupos. A localização social nas relações de poder é, segundo Ribeiro (2017), a questão central. O lugar de fala direcionaria para uma ruptura na dicotomia moderna do sujeito/objeto do conhecimento a partir da ideia de não se falar pelo oprimido, que seria a continuação do processo histórico de silenciamento, mas falar de/sobre aquela causa, colocando-se enquanto sujeito que, apesar de ocupar uma localização social distinta, também luta pelo mesmo objetivo, mas sem ter as experiências cotidianas dessa exclusão e opressão. Atuar na emergência de vozes historicamente silenciadas

e interrompidas, propiciando uma multiplicidade de vozes, é a proposta do reconhecimento do lugar de fala.

Empoderamento

É um instrumento de luta social teórico e prático, não somente individual, mas também coletivo, que objetiva fazer com que as minorias sociais saiam do lugar de subalternidade, segundo a definição da feminista interseccional negra Joice Berth. O conceito apresenta uma longa trajetória de pensamento, tendo sido acionado primeiramente por ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização acadêmica, com a articulação das perspectivas feministas com as reflexões de pensadores da educação, como Paulo Freire. Segundo Joice Berth, o sentido de poder contido no conceito parte de um sentido coletivo, e não uma virada de chave em que ao entrar na estrutura de poder será assumido o mesmo lugar que antes era criticado, reproduzindo os padrões que geram desigualdade. Assim, existe um processo no qual o indivíduo se empodera ao se conscientizar do seu papel dentro da

sociedade e das práticas de opressão a que está sujeito, e atua para que a comunidade em que está inserido também tenha essa consciência e coletivamente proponha caminhos para a superação da desigualdade. Para a pesquisadora Cecília Sardenberg, o termo empoderamento para as feministas latinoamericanas adquire sentido especial ao tomar como objetivo maior do empoderamento das mulheres o questionamento, a desestabilização e o fim da ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero.

Interseccionalidade

O conceito de discriminação interseccional, formulado pela advogada norte-americana Kimberlé Crenshaw, parte do reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos, no âmbito internacional, do mesmo modo como a discriminação racial é condenada como uma violação de direitos humanos. Entretanto, a questão do racismo articulado ao gênero não era tratada de uma forma específica, sendo necessário que se compreendesse que “homens e mulheres podem experimentar situações



de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero” (CRENSHAW, 2004, p. 9). O que a teórica nos traz é a compreensão de que as estruturas de raça e de gênero, de forma combinada, colocam as mulheres negras em situação maior de vulnerabilidade. São grupos específicos, em que existe a articulação de certos marcadores sociais, como classe, sexualidade, etc., que estão susceptíveis a maiores discriminações e violência. Pensar na diferença dentro da diferença é levar em consideração que a vida das mulheres é marcada não apenas pelo gênero, mas pela raça, sexualidade, classe, geração e etnia.

Heteronormatividade

É o sistema ou regime que considera a heterossexualidade e os comportamentos atribuídos a ela como a única opção válida e “natural”, assim como os padrões e ideias heterossexuais, como a monogamia. Como afirma Richard Miskolci (2009), trata-se de um dispositivo histórico da sexualidade que tem como objetivo formar todos para serem heterossexuais. Em contrapartida, qualquer outra sexualidade, como a bissexualidade e a homossexualidade, são vistas como desvio, expressões não naturais de desejo. A heteronormatividade não está relacionada somente à sexualidade, mas também às normas de gênero. Segundo Berenice Bento (2006), gênero pode ser pensado como uma

sofisticada tecnologia social heteronormativa, colocada em operação por diversas instituições sociais, como a escola e a medicina, e que produzem os corpos-homens e corpos-mulheres. Uma das formas de reprodução do modelo de heterossexualidade é a divisão entre dois sexos diferentes, que apresentam aparências naturais distintas e que se atraem exclusivamente um pelo outro - homens por mulheres e mulheres por homens.

Dia Internacional das Mulheres

Diferente da história que nos contaram durante anos, o 8 de Março não teve início no episódio do incêndio em uma fábrica que resultou na morte de centenas de trabalhadoras têxteis. O fato ocorreu em 25 de março de



1910, em Nova York, e apesar da imprudência dos patrões que fechavam os portões para evitar furto por parte das funcionárias, o incêndio não foi deliberadamente criminoso, tampouco para conter uma greve. Um ano antes, em 1910, as operárias que morreram haviam participado da greve geral do setor têxtil, conhecida como “O Levante das 20 mil”. A greve se encerrou 12 dias antes das comemorações do Woman’s Day, realizado todo último domingo de fevereiro. Inspirada nesta data de luta organizada pelas socialistas estadunidenses desde 1908, o Dia Internacional das Mulheres foi aprovado na Segunda Conferência de Mulheres Socialistas, em 1910, em Copenhague, por iniciativa de Clara Zetkin, para promover a luta pelo direito ao voto. A data passou a ser comemorada em 8 de março, anos depois, para lembrar a ação das mulheres nos acontecimentos que foram considerados estopim da revolução de fevereiro de 1917, na Rússia. Nos últimos anos, os valores originais do Dia estão sendo resgatados, principalmente a partir da consignada greve internacional de mulheres, impulsionada em 2017 pelo movimento conhecido como 8M.

Fontes:

BENTO, Berenice Alves de Melo. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Corpos e próteses: dos limites discursivos do dimorfismo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS, 7., 2006, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2006.

BERTH, Joice. O que é empoderamento? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014

GONZALES, Álvarez. As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres. Trad. Alessandra Ceregati {et al.} -1.ed. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempre viva organização feminina, 2010.

Glossário da Diversidade, Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD/UFSC) Link: https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_vers%C3%A3o_interativa.pdf

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da 170 normatização. Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jul de 2009, p. 150-182

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista Cecília M.B. Apresentado no I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica [p. 5–22]. Revista Educação e Realidade, v. 16, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1990.

WEEK, Jeffrey O corpo e a sexualidade. IN: LOURO. Guacira Lopes. O CORPO EDUCADO - Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



SINJUSC
Sindicato



@sinjusc.sc



(48) 9 9642 6874



SINJUSCTV



@Sinjusc

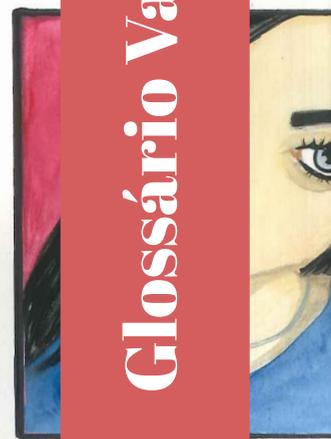
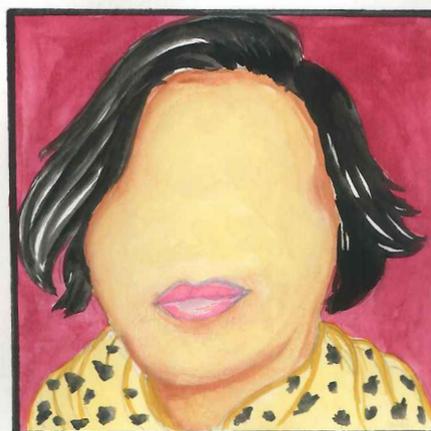
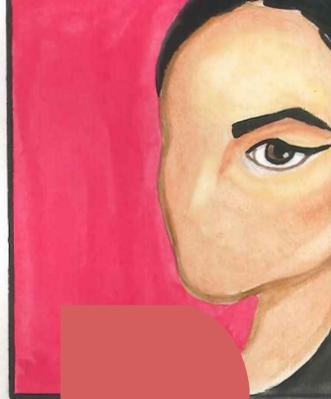
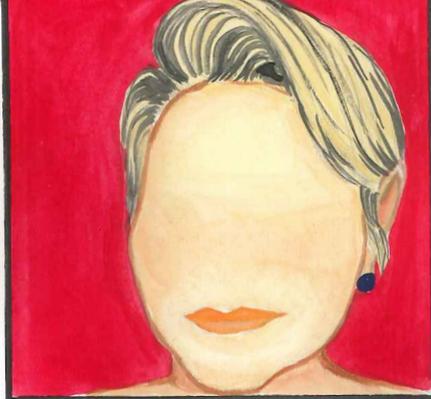
Valente [>]

Glossário Valente

Parte 1



Ilustrações: Manu Cunhas



Glossário Valente | parte 2

Valente >



Glossário Feminista - parte 2

O Glossário foi construído pelo Portal Catarinas a partir das referências que consideramos pontos de partida para a compreensão das temáticas de gênero e do pensamento feminista, sabendo que qualquer definição não se esgota quando da sua formulação, estando sempre aberta para novas possibilidades de reflexão. A definição dos verbetes, muitas delas propostas conceituais densas, visa a apresentar resumidamente alguns elementos que compõem a discussão atual sobre as temáticas. As referências trazidas no final são recomendações de leitura para uma abordagem mais aprofundada dos temas. Na edição anterior, apresentamos os termos: Gênero, Sexualidade, Feminismos, Lugar de Fala, Empoderamento, Interseccionalidade, Heteronormatividade e Dia Internacional das Mulheres.

Feminismo descolonial

A subversão do processo de dominação colonial europeia, a partir de movimentos sucessivos de independência e que levaram ao surgimento dos Estados Unidos e das repúblicas Latino-Americanas, e, posteriormente, importantes regiões do continente africano e da Ásia, do Pacífico e do Caribe, fez emergir o conceito amplo de descolonização (CURIEL, 2010). A reflexão sobre o deixar de ser colônia resultou em uma gama de conhecimentos como os Estudos Culturais, os pós-coloniais e subalternos. Já a face latino-americana da dominação colonial e a identificação de que este sistema continua atuando fortemente na região têm entre as suas principais pensadoras a argentina Maria Lugones, que teceu o conceito da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014), crucial para o movimento que chamamos de feminismo descolonial. O feminismo descolonial considera a existência de uma matriz de dominação que reflete na imbricação dos sistemas de dominação, como o capitalismo, o heterossexismo, o racismo e o sexis-

mo. A partir do feminismo, a dominação histórica da Europa sobre outros povos e suas consequências políticas e econômicas passam a ser tratadas também a partir dos impactos no imaginário social, mas principalmente sob o prisma cultural e suas implicações políticas na dominação de sujeitos a partir da modernidade ocidental, os processos de racialização e sexualização das relações sociais, a imposição de uma sexualidade obrigatória – a heterossexual – e da legitimação do pensamento único, na tentativa de apagar epistemologias diversas em detrimento da epistemologia eurocêntrica. Os movimentos de resistência à imposição colonial são alguns dos enfoques principais dessa perspectiva.

Epistemologia Feminista

Desde os anos de 1970, a forma como o gênero impacta na construção do conhecimento vem sendo trabalhada pelas feministas, denunciando o caráter masculinista contido nas mais diversas áreas do saber. Segundo Patrícia Ketzner (2017), a epistemologia

feminista denunciou a existência de preconceitos de gênero infiltrados nas mais distintas áreas do conhecimento humano. Inicialmente, a exclusão das mulheres da produção científica foi um dos focos da crítica, a partir da compreensão de que o sujeito moderno do conhecimento era um homem, branco e heterossexual e que se eximia da responsabilidade pelo que produzia ao defender a imparcialidade e neutralidade da Ciência. Considerando a produção do conhecimento uma prática também política, de suma importância para as lutas feministas, as pensadoras passaram a questionar os princípios que alicerçam a produção do conhecimento, com a proposição de novos métodos e a construção de saberes localizados, situados contextualmente, menos hierárquicos e não reprodutores das desigualdades de gênero, contidas na própria validação do que era considerado científico.

Masculinidade Tóxica

A atribuição de características fixas aos gêneros resulta em concepções estreitas e binárias sobre o que é ser homem ou mulher no mundo. A mulher enquanto alguém dócil, passivo e que se ocupa das atividades do cuidado e o homem enquanto alguém naturalmente

corajoso, forte e agressivo, fazem parte dessa cultura que designou como devem ser cada um dos gêneros, feminino e masculino. Qualquer desvio desses atributos é alvo de críticas sociais, desde a primeira infância, resultando em violências das mais diversas ordens. Assim, a masculinidade tóxica conceitua os modelos de identidades masculinas que são prejudiciais não só às mulheres, mas aos próprios homens, por serem construídas por meio de repressões rotineiras que tentam demarcar a oposição do masculino em relação ao



Ilustração: Leticia Valério



feminino. Esse modelo de masculinidade é a forma estrita que qualifica traços como a violência, a virilidade e a força, e reprime, por exemplo, as emoções entendidas enquanto fraquezas e consideradas atributos do feminino. Entre os seus efeitos está o estímulo à violência, entre elas o estupro, a homofobia e o racismo.

Sororidade

É entendida como a subversão da rivalidade entre mulheres construída pela sociedade patriarcal e que foi impeditiva para a união delas na luta por transformações coletivas no que se refere à desigualdade de gênero. Busca-se a partir dela a construção de alianças entre mulheres, partindo da empatia, da solidariedade e do acolhimento, em busca de objetivos comuns dentro da luta feminista. A palavra sororidade, presente na linguagem feminista há décadas, não existe formalmente nos dicionários de língua portuguesa, situação que pode ser considerada mais uma das marcas do sexismo linguístico que ainda vivenciamos. A sua origem remete ao latim *sóror*, que significa "irmã". Dentro do feminismo, é compreendida como uma atitude ética e política que compreende o engajamento subjetivo e coletivo

para o combate do machismo e da misoginia, a partir da ruptura com a lógica patriarcal e da não reprodução de concepções que afastam as mulheres umas das outras.

Cultura do estupro

A cultura do estupro é considerada um problema social que se caracteriza pela culpabilização das vítimas de assédio e outras violências sexuais e normaliza o comportamento sexual violento dos homens, segundo definição da ONU Mulheres. O termo começou a ser utilizado na década de 70 por feministas norte-americanas. Entre os fatores que resultam nessa construção cultural está a naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos,



Ilustração: Leticia Valério



Ilustração: Letícia Valério

estimulando as mais diversas formas de violência contra as mulheres. As piadas sexistas, as cantadas nas ruas, o assédio, o estupro e o feminicídio são comportamentos manifestos dessa cultura, fazendo com que inseridas nela, as mulheres passem a viver sob constante ameaça. A cultura do estupro é violenta e tem consequências sérias, entre elas a não denúncia dos casos de estupro por temor de serem culpabilizadas pela violência sofrida. Ela está presente ainda nos produtos midiáticos, dentro das famílias, no próprio uso da linguagem que objetifica as mulheres, perpassando as mais diversas esferas da sociedade. A ONU Mulheres alerta que a cultura do estupro fere

os direitos humanos, em especial os direitos humanos das mulheres.

Gaslighting, Mansplaining, Manterrupting

Os três termos em inglês se referem a formas de violências emocionais e psicológicas, muitas vezes sutis, que as mulheres enfrentam. *Gaslighting* se refere à tentativa de fazer a mulher e outras pessoas de seu âmbito de convívio acreditar que ela enlouqueceu a partir de questionamentos sobre sua sanidade e percepção sobre a realidade, gerando o sentimento de incapacidade para



discernir sobre os acontecimentos de sua experiência cotidiana. Já o segundo termo, *Mansplaining*, refere-se aos termos *man* (homem) e *explaining* (explicar). Segundo Pâmela Stocker e Silvana Dalmaso (2016), o termo faz referência ao direcionamento de uma fala didática à mulher, invalidando o conhecimento dela e indicando que ela não tem capacidade de entender ou realizar alguma ação exatamente por ser uma mulher. Esse mecanismo de violência psicológica deseja minar a confiança das mulheres e diminuir a sua autoridade sobre os mais diversos assuntos. O terceiro termo, o *Maninterrupting*, denuncia as constantes interrupções que os homens costumam fazer quando uma mulher está falando, interrompendo a sua argumentação e direito de expressão. A palavra foi utilizada inicialmente em análises no âmbito da política e demonstraram que as mulheres, mesmo ocupando cargos de poder, acabam falando por um tempo muito menor que os homens, sendo constantemente interrompidas em seus discursos.

Feminicídio

É a tipificação para o assassinato de mulheres por questões de gênero. Definido no Brasil a partir da alteração do Código Penal e da criação da lei 13.104, de 2015, considera como crime hediondo quando ocorre no âmbito da violência doméstica e familiar e quando existe menosprezo ou discriminação pela sua condição de mulher. De acordo com o dossiê do Instituto Patrícia Galvão, o feminicídio enquanto um crime de ódio é a expressão fatal das diversas violências

que atingem as mulheres que vivem em sociedades marcadas pela desigualdade de poder entre os gêneros masculino e feminino e por construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais discriminatórias. O conceito surgiu na década de 1970 para visibilizar a violência e opressão enfrentadas sistematicamente pelas mulheres e que muitas vezes culmina na morte delas. A nomeação desse crime por razões de gênero foi um importante passo para a busca de mecanismos para o seu enfrentamento, principalmente no contexto brasileiro, que ocupa o 5º lugar nas taxas de feminicídio do mundo, segundo a OMS, sendo considerado também um problema epidêmico por sua incidência.

Misoginia

A palavra misoginia surge do grego *misogynia*, a partir da junção de “*miseo*”, que significa “ódio”, e *gyné*, trazido como “mulher”. É caracterizada como aversão e ódio às mulheres e meninas e também às características consideradas femininas a partir da crença na superioridade dos homens e do masculino. Em suas manifestações, que podem ser simbólicas, psicológicas ou físicas, costumam ser reafirmados os estereótipos atribuídos historicamente às mulheres no sentido de confinar as suas existências ao espaço doméstico e reafirmar a sua submissão aos homens. As consequências da misoginia são as múltiplas violências sofridas pelas mulheres, incluindo a objetificação sexual destas. A articulação entre a misoginia e o racismo afeta diretamente as mulheres negras e leva à grave desumanização a partir

da objetificação delas. Como manifestação de uma sociedade machista, está presente em piadas, músicas e conteúdos midiáticos, como as propagandas, entre outros âmbitos culturais. Em alguns países, a misoginia é considerada crime de ódio.

Fontes:

CURIEL, Ochy. Hacia La construcción de um feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderlys E. (org.). Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano. Buenos Aires: Em La Frontera, 2010.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. Argumentos, n. 18, v. 9, Fortaleza: UFC, 2017.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. Rev. Estud. Fem. [online]. 2016, vol.24, n.3, pp.679-690.

<https://www.geledes.org.br/voce-sabe-o-que-e-masculinidade-toxica/>

<https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/>

Outras leituras recomendadas:

FONSECA, Livia Gimenes Dias da. Despa-

triarcalizar e descolonizar o Estado Brasileiro – um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2016. Disponível via < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22132/1/2016_L%C3%ADviaGimenesDiasdaFonseca.pdf > Acesso em 04/09/2017.

SMITH, Andrea. A violência sexual como uma ferramenta de genocídio. Revista Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195-230, jan./jun. 2014. Disponível via < <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/47357/29960> > Acesso em 13/01/2019.

BENITES, Sandra ARA RETE. Nhe'ẽ, reko porã rã: nhemboea oexakarẽ Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola [TCC] UFSC, 2015. Disponível via < http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/07/Sandra-Benites_TCC.pdf > Acesso em 05/03/2018.



SINJUSC
Sindicato



@sinjusc.sc



(48) 9 9642 6874



SINJUSCTV



@Sinjusc

Valente ^v

Glossário Valente Parte 2



Ilustrações: Letícia Valério



Glossário Valente | parte 3

Valente >

Glossário Feminista - parte 3

O Glossário foi construído pelo Portal Catarinas a partir das referências que consideramos pontos de partida para a compreensão das temáticas de gênero e do pensamento feminista, sabendo que qualquer definição não se esgota quando da sua formulação, estando sempre aberta para novas possibilidades de reflexão. A definição dos verbetes, muitos deles propostas conceituais densas, visa apresentar resumidamente alguns elementos que compõem a discussão atual sobre as temáticas. As referências trazidas no final são recomendações de leitura para uma abordagem mais aprofundada dos temas. Na edição anterior, apresentamos os termos: Feminismo descolonial, Epistemologia feminista, Masculinidade tóxica, Sororidade, Cultura do estupro, Gaslighting, Mansplaining, Maninterrupting, Feminicídio e Misoginia.

Branquitude

Para Lia Schucman, a branquitude é construída como um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão. Já os outros grupos que não são enquadrados nesta norma aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores. Segundo a pesquisadora, ser branco significa ocupar o lugar simbólico de branquitude, o que nada tem relação com questões genéticas, mas com posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam, dependendo de circunstâncias históricas e culturais. Desta forma, sujeitos que ocupam esse lugar social foram e são sistematicamente privilegiados no que se refere ao acesso a recursos simbólicos e materiais. Para Ricardo Corrêa, em artigo escrito ao Geledés, a branquitude é o que cimenta a estrutura racista e mantém os negros distantes dos espaços de poder.

Mulherismo

Patrícia Hill Collins analisou em artigo as várias definições para o termo mulherismo, presentes na obra de Alice Walker, e os motivos que levaram muitas mulheres negras norte-americanas a preferirem o termo no lugar do feminismo negro. Segundo Hill Collins, Walker situa o mulherismo na história concreta da opressão racial e de gênero de mulheres negras, e propõe que esta história concreta em sua especificidade leva à promoção de uma visão de mundo acessível principalmente, ou até exclusivamente, às mulheres negras. Pressupõe então uma diferença ao feminismo decorrente das diferentes experiências históricas de mulheres negras e brancas com o racismo. O Mulherismo, segundo Hill Collins, a partir da proposição de algumas autoras, fornece uma maneira para que as mulheres negras abordem a opressão de gênero, sem excluir os homens negros, uma das principais críticas que são tecidas ao feminismo. Já o mulheris-

mo africano, de acordo com a filósofa Kátiuscia Ribeiro, é uma preposição política emancipatória pensada por Clenora Hudson, que, ao pesquisar o lugar participativo das mulheres africanas na História, identificou nelas o lugar de poder, sabedoria, ensinamentos e luta, de quem sempre esteve à frente da agência de seu povo.

Feminismo Negro

Movimento social protagonizado por mulheres negras tem como objetivo trazer para o debate e dar visibilidade às pautas dos direitos das mulheres negras. Surge no Brasil na década de 1970, a partir da forte reivindicação das mulheres negras sobre as diferenças enfrentadas por elas e em questionamento e tensionamento à hegemonia das mulheres brancas nas lutas feministas. Patrícia Hill Collins considera que utilizar

o termo feminismo negro desestabiliza o racismo no interior do próprio feminismo, apresentando-o como uma ideologia e movimento político branco. Dessa forma, desafia a brancura presumida do feminismo e lembra as mulheres brancas que elas não são as únicas e nem "a norma" feminista. Mas, segundo Hill Collins, várias dificuldades acompanham o uso do termo "feminismo negro". Um deles envolve o problema de equilibrar as preocupações genuínas de mulheres negras contra as pressões contínuas para absorver e reformular tais interesses no âmbito das estruturas feministas brancas.

Amefricanidade

Categoria cunhada pela brasileira Lélia Gonzales destaca o esquecimento da influência negra na formação histórico-cultural do conti-



nente americano. Ao analisar a obra de Lélia, Claudia Pons Cardoso afirma que a amefricanidade, mais do que tratar da escravização enquanto uma experiência comum no continente, assim como a dominação e a colonialidade, centraliza a resistência na valorização e no resgate de saberes produzidos por mulheres negras e indígenas na direção da descolonização dos saberes produzidos, inclusive dos próprios saberes feministas. Lélia dilapida o conceito de amefricanidade a partir de diferenças dessa “América Africana”, que aqui se construiu a partir da resistência e ressignificação de práticas e vivências localizadas, não no impulso de resgatar algo de um passado longínquo ou as “sobrevivências de culturas africanas”. Ao costurar o português com elementos linguísticos africanos, ela critica os preconceitos linguísticos e o racismo contido nessas hierarquias. Assim, ela destaca a importância negra na formação histórico-cultural de diversos países, principalmente do Brasil.

Dororidade

O conceito nasce de uma crítica à ideia de sororidade, termo que em latim significa irmã. Vilma Piedade, em livro sobre o tema, aborda a dororidade a partir da localização da mulher negra, considerando que a sororidade não basta, pois foi pensada dentro de um projeto feminista construído para a mulher branca, de classe média, ocidental e instruída. Para ela, a unidade e a irmandade muitas vezes acontece pela dor, a dor da violência sofrida pelas mulheres negras cotidianamente. A dor física, moral, patrimonial e

emocional construída pelo machismo, pelo racismo, pela classe e silenciada. Para a autora, a sororidade está contida dentro da dororidade, mas nem sempre o contrário acontece. Assim, ao não se sentir incluída totalmente no termo caro ao feminismo, Vilma constrói um novo conceito a partir de um lugar de pertencimento, que também é o lugar de suas ancestrais e marcado pela ausência histórica.

Colonialidade do poder

A formulação do sociólogo peruano Aníbal Quijano parte da constatação de que a estrutura de poder colonial não desapareceu com o fim do colonialismo, em sua forma explícita e formal, mas permanece produzindo diversas discriminações sociais, como as raciais, étnicas ou nacionais. Segundo o autor, isso pode ser constatado na distribuição de poder e riqueza mundial estabelecida a partir das distinções de raça, etnias ou nações, entre as populações colonizadas e as colonizadoras. De acordo com Quijano, a colonialidade é um dos elementos constitutivos do padrão mundial de poder capitalista, sustentando-se na imposição de uma classificação de raça e etnia, aspecto central desse padrão de poder e que opera em diversas dimensões da existência social, sejam elas subjetivas ou materiais. Ao debater o conceito de Quijano, Eduardo Restrepo e Axel Rojas consideram que foi da perspectiva da ideia de raça que os colonizadores forjaram identidades negativas para as populações colonizadas e de origem africana, eliminando a heterogeneidade das identidades originais. Essas classifica-

ções hierárquicas impostas às populações da América e ligadas a um padrão de poder foram posteriormente disseminadas em todo o mundo com a expansão do capitalismo colonial.

dradas. Para Lugones, a colonialidade de gênero também continua presente entre nós na intersecção entre gênero, classe e raça como construções centrais ao poder capitalista mundial.

Colonialidade de gênero

Ao considerar a lacuna contida nas abordagens sobre a colonialidade no que se refere às questões de gênero em sua relação com o poder, a teórica Maria Lugones reflete sobre a colonialidade a partir da dicotomia central da modernidade colonial, a divisão entre humanos e não humanos. A partir dessa divisão hierárquica, só civilizados, os europeus no caso, foram considerados homens e mulheres. Já os povos que viviam no continente antes da intrusão e as pessoas trazidas à força da África e escravizadas, foram classificadas como não humanas, seres selvagens, bestiais e não gen-

Racismo Estrutural

De acordo com Silvio Almeida, pensar o racismo como estrutural significa não entendê-lo como fenômeno conjuntural, como uma anomalia ou patologia social. A noção de racismo estrutural destaca que o racismo constitui as relações sociais no seu padrão de normalidade, sendo um modo de estrutura social. Ou seja, o racismo é uma forma de normalidade, de normalização, de compreensão das relações, constituindo as ações não só conscientes, como também as inconscientes. Ele aborda três instâncias do racismo estrutural, que são: a econômica, a política e a subjetiva. Isso



faz com que o sistema econômico ou político brasileiro, funcionando em sua normalidade, com suas normas, impacte de forma direta na desigualdade enfrentada pela população negra. O racismo estrutural e estruturante das relações sociais e da formação dos sujeitos é detectado também no fato de que, mesmo entre pessoas que são contra essas violências geradas pela desigualdade, não há nenhuma política e reação efetiva para se lutar contra isso. Ou seja, a violência contra pessoas negras é naturalizada. A morte sistemática de jovens negros nas periferias não causa o choque que deveria causar, por exemplo. A ausência de pessoas negras em certos locais, como os postos de maior poder e prestígio, também é naturalizada, sendo outro reflexo do racismo estrutural.

Afrocentricidade

Molefi Kete Asante definiu a afrocentricidade como um tipo de pensamento, perspectiva e prática que compreende os africanos como sujeitos agentes de fenômenos, incidindo sobre sua própria imagem cultural e conforme seus próprios interesses. A afrocentricidade é compreendida por Asante como uma questão de localização, uma vez que os africanos vêm atuando às margens da experiência eurocêntrica.

Escrevivência

O neologismo escrevivência, refere-se ao ato de escrever as vivências da população negra, e foi cunhado pela escritora Conceição Evaristo. Em

sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, uma ação que busca desfazer as imagens do passado. A escrevivência traz as experiências e vivências das pessoas negras, onde a concepção da escrita surge da sua condição de ser e estar no mundo. Na escrita das mulheres negras, as vivências e trajetórias assumem um caráter político-pessoal engajado capaz de pautar as suas demandas. Como afirma Evaristo: "a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos."

Referências:

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinares. In.: **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Org. Elisa Larkin Nascimento. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, Florianópolis, UFSC, 2013. p. 965-986

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In.: **Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Org. Constância Lima Duarte; Isabella Rosado Nunes. 1ª edição. Rio de Janeiro. Mina Comunicação e Arte. 2020.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras** – Lélia Gonzales em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia, **Por um feminismo afro-**

-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios; Marcia Lima. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar, 2020

HILL COLLINS, O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, v. 51, Campinas: Unicamp, 2017.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial [p. 935-952] **Estudos Feministas**, v.22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. IN: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia; 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicol. Soc.** [online]. 2014, vol.26, n.1 [cited 2020-02-17], pp.83-94

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

Sites:

<https://www.geledes.org.br/a-relacao-de-poder-e-o-vitimismo-branco/>

<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/mulher-preta-mulherismo-africana-e-outras-perspectivas-de-dialogo>

<https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>



SINJUSC
Sindicato



@sinjusc.sc



(48) 9 9642 6874



SINJUSCTV



@Sinjusc

Valente ^v

Glossário Valente

Parte 3

Ilustrações: Duda Nas

